



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

ISSN: 1806-9347

Associação Nacional de História - ANPUH

Iumatti, Paulo Teixeira; Nicodemo, Thiago Lima  
Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico  
Revista Brasileira de História, vol. 38, núm. 78, 2018, Maio-Agosto, p. 00  
Associação Nacional de História - ANPUH

DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-05>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26358185006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org  
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico

*Personal Archives and Historical Writing in Brazil: A Critical Review*

Paulo Teixeira Iumatti\*

Thiago Lima Nicodemo\*\*,<sup>1</sup>

## RESUMO

Considerando o crescente interesse por documentos de arquivos pessoais no mundo atual, procuramos, neste artigo, apresentar um balanço do modo como esses documentos têm sido utilizados, no Brasil, em um campo particularmente aberto para reflexões de cunho teórico e epistemológico: o da história da historiografia – ao qual somamos o da história intelectual e congêneres. Com isso, pretendemos mostrar, a um público mais amplo, resultados teóricos e reflexões que podem ser aproveitados tanto por especialistas como por pesquisadores pouco afeitos a essas áreas, mas que se beneficiam de seus resultados teóricos ao procurarem utilizar documentos de arquivos pessoais em suas pesquisas – tendência crescente à medida que se consolidam e aumentam as instituições de guarda e seus

## ABSTRACT

Responding to the growing interest in personal papers and archives in the contemporary world, in this article we aim to present an overview of how these documents have been used in Brazil within a field particularly open to theoretical and epistemological reflections: the history of historiography – to which we have added intellectual history and other analogous fields. In so doing, we seek to demonstrate to a wider audience theoretical results and reflections that can be used by both specialists and researchers not entirely familiarized with these areas, but who can benefit from the theoretical implications of using documents from personal archives in their historical research. Conversely, we also look to expand the debate on the history of historiography and intellec-

\* Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). São Paulo, SP, Brasil. ptiumatt@usp.br <<https://orcid.org/0000-0002-8038-6606>>

\*\* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Departamento de História. Campinas, SP, Brasil. tnicodemo@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-1588-0683>>

repertórios documentais, no Brasil e no mundo. Inversamente, pretendemos também, ao fazer tal balanço, abrir os campos específicos da história da historiografia e da história intelectual para as reflexões que se fazem em outras áreas, como a teoria literária, com base em documentos de arquivos pessoais. O objetivo é aprofundar o diálogo interdisciplinar e contribuir para um uso mais crítico das fontes em obras de história intelectual e biografias, de forma geral.

Palavras-chave: arquivos pessoais; história da historiografia; história intelectual; memória.

tual history towards more interdisciplinary approaches, including the use of personal archives in areas such as comparative literature and literary theory. In short, the overall goal is to deepen interdisciplinary dialogues in the history of historiography and intellectual history, contributing to a more critical use of sources in works of intellectual history and biographies in general.

**Keywords:** personal archives; history of historiography; intellectual history; memory studies.

Intimamente ligada à teoria da história, a história da historiografia é um campo suscetível a apropriações de métodos e técnicas desenvolvidos em campos correlatos como o da teoria literária, da história da ciência, da história intelectual, da sociologia dos intelectuais e da história da cultura, os quais vêm se servindo de documentos de arquivos pessoais de forma crescente. Em interação com esses campos, ela tem abordado de forma sistemática, nos últimos 20 anos, questões relativas ao estudo das ideias em seu contexto; à relação, em diversas instâncias, entre discurso histórico e a construção de identidades; aos vínculos entre discurso histórico e formas narrativas; à relação entre a produção do saber e o poder político e social; às políticas da memória e do esquecimento e às formas e regras de sociabilidade da vida intelectual. Essas questões vêm sendo estudadas em pesquisas acadêmicas sobre a obra e a trajetória de historiadores específicos, sobre grupos ou gerações de historiadores e sobre os espaços institucionais mais amplos pelos quais a produção do conhecimento histórico é amparada e veiculada.

Em tais pesquisas, as formas de análise historiográfica vêm se tornando cada vez mais multifacetadas no mesmo compasso em que o acesso a documentos de arquivos pessoais<sup>2</sup> vem crescendo. Nesse quadro, o recurso a documentos de arquivos pessoais tem se dado de forma concomitante ao adensamento de uma postura mais autorreflexiva no que diz respeito à exploração dos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa histórica. Talvez essa

seja uma das formas de inserção da historiografia brasileira em um panorama historiográfico cada vez mais mundializado (Revel, 2010, p.69) – o que envolve, também, pesquisas desenvolvidas, parcial ou integralmente, no exterior, em arquivos de historiadores estrangeiros (Palmeira, 2013; Benthien, 2014) – panorama no qual uma “mescla de epistemologia e de historiografia” emerge como chão comum, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990 (Hartog, 2011, p.247-251). Seja como for, o importante é notar que tal postura tem possibilitado uma visão mais aprofundada de aspectos relativos à utilização de documentos de arquivos pessoais de historiadores e intelectuais de forma geral, o que coincide com uma consciência mais acurada no tocante à importância de sua preservação.

À primeira vista, a proliferação da presença de arquivos pessoais de intelectuais em instituições públicas de guarda e seu crescente emprego em pesquisas acadêmicas parecem significar um mergulho no passado; porém, o que essa tendência demonstra é exatamente o contrário. Tal proliferação é um claro sintoma de transformações profundas, em nível global, que têm levado a uma multiplicação das formas e da velocidade dos sistemas de produção e circulação de informações e a uma revolução de seus suportes. Em face desse contexto, torna-se urgente, para o historiador, o refinamento das ferramentas para a compreensão desses processos de transformação acelerada e de seu significado social (Castells, 1999) – já que o momento de aceleração também abre um terreno propício para o florescimento de propostas perigosas, como a do projeto de lei que legaliza a destruição de documentos originais em meio analógico após sua “digitalização e armazenamento em mídia óptica ou digital autenticada” (PLS 146/2007), e que multiplicam as possibilidades de abafamento do potencial corrosivo da história como disciplina e método crítico.

O fato é que sabemos pouco sobre como lidaremos no âmbito da pesquisa histórica com os “hiperarquivos” pessoais produzidos pela cultura digital (Enniss, 2015, p.232-233), especialmente no que diz respeito a características tais como a “multiplicidade e superposição de temporalidades” (Castro, 2016, p.185). No entanto, é importante enfatizar que os processos radicais que ora observamos têm suas raízes no desenvolvimento algo caótico, do ponto de vista dos *países periféricos ou semiperiféricos* (ver Wallerstein, 2004), de processos tecnológicos e comunicacionais que se precipitaram entre finais do século XX e inícios do XXI e se estenderam a partir do centro do capitalismo. Para construir um ponto de vista crítico em meio ao turbilhão, é fundamental reconhecer não apenas que, visto inicialmente com desdém pela ciência histórica, o

documento de arquivos pessoais ganha pertinência epistemológica ao longo das primeiras décadas do século XX (Heymann, 2009, p.42-43). O uso de arquivos na história da disciplina histórica sempre operou como um termômetro e um laboratório dos procedimentos disciplinares em sedimentação. O arquivo foi um elemento fundamental para a estabilização de uma cultura disciplinar; como nos lembra Wimmer, a história da avaliação arquivística é uma história da escrita da história *avant la lettre* (Wimmer, 2015, p.166). Seguindo essa mesma linha, pensar sobre o futuro dos arquivos nos leva inevitavelmente a problematizar o futuro da história como forma disciplinar.

Neste artigo nos propomos a realizar uma avaliação do emprego dos documentos de arquivos pessoais em trabalhos de história da historiografia e campos congêneres tais como o da história intelectual, com vistas a divulgar seus resultados e apontar caminhos para a pesquisa e o pensamento crítico. Nossa intenção é identificar os pontos de maior adensamento do debate teórico-metodológico, tendo em mente o contexto mais amplo de transformações da escrita da história nas últimas décadas. Para isso, consideraremos quatro temas: 1. A ideia de “redes” intelectuais; 2. A historicidade da relação entre intelectuais e esfera pública; 3. Os processos de criação; e, finalmente, 4. O arquivo pessoal como memória retrospectiva.

## SOBRE AS “REDES” INTELECTUAIS

Um dos potenciais presentes na pesquisa em arquivos pessoais de intelectuais é o da compreensão das redes sociointelectuais e institucionais evidenciadas pela documentação. Entender melhor como se situa determinado autor ou trajetória em relação aos seus “pares” oferece indício para configurarmos as redes frequentemente muito dinâmicas e heterogêneas nas quais eles se projetavam. Essa questão tem claros desdobramentos teórico-metodológicos pois essas “redes” são naturalmente inseridas em contextos mais largos e nos ajudam a compreender melhor como o conhecimento circulava em determinado espaço e tempo. Tais condicionantes estão muito longe de serem apenas aspectos cenográficos, pois determinam a própria natureza do conhecimento, sua epistemologia. Em poucas palavras, a forma com que o conhecimento circula determina, em parte, sua natureza; sendo assim, entender a circulação implica entender os valores, pressupostos e protocolos da própria produção do conhecimento.

O debate teórico ou conceitual no que concerne à ideia de redes e circulação intelectual vem sendo capitaneado, em grande medida, nos últimos 10 ou 20 anos, pelo afluxo de tendências e autores franceses, dentre os quais podemos destacar o historiador Jean-François Sirinelli. Propõe-se como problema a compreensão dos papéis dos intelectuais ligados à história política e à história sociocultural, tal autor procura refletir sobre os conceitos de itinerário, geração e estruturas de sociabilidade. Estas últimas, as estruturas de sociabilidade, também chamadas de redes, referem-se aos laços que ligam os intelectuais, bem como aos espaços em torno dos quais eles se constroem – sejam tais espaços salões literários, a redação de uma revista ou o conselho editorial de uma editora. Ainda segundo Sirinelli, em torno dessas estruturas formam-se forças de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, as cisões advindas etc. (Sirinelli, 2003, p.248-254).

Pode-se afirmar que o uso do conceito de “redes” intelectuais e seus correlatos na historiografia brasileira das últimas duas décadas interagi, em boa medida, com o contexto historiográfico internacional – e, especificamente, francês – de revalorização da história política e de fortalecimento da chamada história do tempo presente, as quais reverberaram nas universidades brasileiras sobretudo na primeira década do século XXI. Isso inclui não só o destaque dado a Sirinelli, mas também o afluxo menos sistemático, porém significativo, de modelos teóricos advindos de outras vertentes igualmente importantes, como a das “histórias conectadas” de Trebitsch e Espagne (1999) ou a “história cruzada” de Werner (2004) e de Werner e Zimmermann (2003), construídas nos países centrais em instituições interdisciplinares, envolvendo amplas perspectivas transnacionais. Esse peso pode ser medido, por exemplo, em obra coletiva recente, editada por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, intitulada *Intelectuais Mediadores* (Gomes; Hansen, 2016). Apesar de seu ecletismo metodológico, nela se evidencia, desde a introdução, o trabalho com a “nova” história política francesa de fins do século XX. Na visão das autoras, o emprego do repertório dessa vertente permitiria uma maior atenção para os aspectos concretos da mediação cultural e da sociabilidade intelectual, emancipando-se, assim, o pensamento, de uma história das ideias de tendência abstrata, bem como de tendências antiquadas que projetavam no intelectual a condição de “gênio”, de homem de exceção (Gomes; Hansen, 2016, p.10-11).

A propósito das redes transnacionais e da interdisciplinaridade, mencione-se o trabalho de Christino (2007) sobre as redes internacionais de

Capistrano de Abreu. Nele, a autora lida com os “mecanismos de produção e circulação dos trabalhos linguísticos dos sul-americanistas entre 1890 e 1929 e seus referenciais teóricos” (Christino, 2007, p.29), mobilizando documentação que permite a reconstituição de uma rede teuto-sul-americana: fundos do Museu Etnológico de Berlim e do acervo de Walter Lehman e Paul Ehrenreich, no Instituto Ibero-American, bem como a Coleção Etnográfica da Phillips Universität, além do próprio acervo de Capistrano de Abreu, no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Os parâmetros metodológicos da pesquisa de Christino provieram da linguística e da historiografia dessa área, e a levaram a considerar fatores como conhecer o “círculo de produção e recepção dos trabalhos sobre línguas indígenas sul-americanas escritos por especialistas entre 1890 e 1929”, com vistas a “precisar o que significava um ‘autêntico’ sul-americanista nos anos entre 1890 e 1920” (Christino, 2007, p.40-41).

Não têm faltado esforços importantes de compreensão das “redes” locais, nacionais ou transnacionais; muito pelo contrário: em um universo bastante plural, podemos destacar pesquisas que adotam tal perspectiva e que abordam dois autores pertencentes a uma mesma “rede”: Gilberto Freyre e Oliveira Lima. Note-se que muitos dos estudos sobre esses importantes intelectuais foram possibilitados pela própria existência da Biblioteca Oliveira Lima na Catholic University of America, desde finais da década de 1920, bem como pela organização dos acervos pessoais de Freyre na Casa de Gilberto Freyre, no Recife. Mencione-se, nesse sentido, o estudo de Ângela de Castro Gomes, “Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre” (Gomes, 2005), o qual demonstra a inserção do autor, em posição central, em uma rede internacional que reunia brasileiros, latino-americanos, norte-americanos e europeus, e voltada para o estudo de temas e questões referentes às Américas. O poder hegemônico dos Estados Unidos era contrabalançado por um desejo crescente de representatividade cultural por parte das Américas portuguesa e espanhola, segundo uma concepção original de pan-americanismo postulada desde o século XIX. Nesses termos, a biblioteca de Oliveira Lima inseria-se em um “círculo pan-americano” que era tão político quanto intelectual e que, beneficiando-se do interesse dos Estados Unidos pela América Latina, propunha a afirmação, no “Norte”, das pesquisas e da visibilidade do “Sul”.

O conhecimento dessa “rede” pan-americana de intelectuais em torno de Oliveira Lima e, depois da sua morte, parcialmente continuada por Freyre, foi aprofundado nos estudos de Maria Lúcia Pallares-Burke, *Gilberto Freyre: um*

vitoriano nos trópicos (Pallares-Burke, 2005) e, sobretudo, em *O triunfo do fracasso* (Pallares-Burke, 2012). Em ambos os casos, pesquisas largamente apoiadas em documentação pessoal e devedoras da correspondência de Oliveira Lima. Um dos aspectos mais interessantes desses trabalhos é a compreensão de como o Brasil ajudou a pautar o debate racial norte-americano graças à hipertrofia do conceito de miscigenação. Do ponto de vista teórico, essa ideia contribui muito para o adensamento da qualidade dos trabalhos de história intelectual e história da historiografia, pois ajuda a romper com um pressuposto de “influência” rígido e, via de regra, condicionado do país “mais desenvolvido” (seja a Alemanha, a França, os Estados Unidos) para o “menos desenvolvido”. A reconstituição das redes intelectuais por meio de documentação pessoal joga luz sobre a natureza complexa das trocas de ideias e ensina que, mesmo quando lidamos com conceitos que remetem ao pensamento europeu, devemos estar atentos para os processos de transformação, adaptação criativa e de eventual “retorno”; bem como de modificação do suposto “original” por influência do suposto “periférico” (Werner; Zimmermann, 2003).

A crítica das relações de subordinação intelectual tem sido outra das tópicas de trabalhos historiográficos ou de história intelectual, incluindo o investimento na compreensão de outro fenômeno aparentemente recorrente na vida intelectual brasileira: o da figura do “intelectual estrangeiro” e de um tipo de relação que Rouanet, em seu estudo sobre Ferdinand Denis, denominou como um exercício consciente de tutela intelectual. Essa relação assume diferentes aspectos. Desde uma *contaminação programática* – Denis e a geração romântica; até a *desleitura pragmática*, que orientou as relações entre a nascente historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX e a figura emblemática de von Martius. Nesse sentido, mencione-se também o trabalho de Lúcia Paschoal Guimarães e Valdei Araújo sobre a rede de John Casper Branner, com base em sua correspondência, levantada nos arquivos da Stanford University (Guimarães; Araújo, 2004, p.93-109). Em seu estudo, os autores procuraram compreender a proximidade de Branner com pessoas-chave da vida intelectual brasileira. Ainda que apoiados na ótica da elucidação dos vínculos de dependência da vida intelectual brasileira em relação ao exterior, tais trabalhos fornecem subsídios que permitem compreender esses mesmos contextos na perspectiva da multidirecionalidade dos fluxos de ideias.

Também não podemos ignorar as “redes” domésticas e estruturas de sociabilidade baseadas em afeto que remetem muito frequentemente não só para

“microclimas”, mas também para importantes redes de produção de identidades regionais. Veja-se, por exemplo, o estudo de Karina Anhezini, “Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay” (Anhezini, 2003), que, partindo da análise das relações no IHGB e no IHGSP como *locais de sociabilidade*, com inspiração em Sirinelli, procura identificar alguns sentidos assumidos pelas posições ocupadas por Taunay nessas instituições no que se refere à sua produção historiográfica. A autora utiliza como fonte, além das atas do IHGB e do IHGSP, a Coleção Taunay do Museu Paulista da USP. Como se sabe, Taunay foi diretor do Museu Paulista, e sua coleção é parte de seu arquivo pessoal, o qual foi reunido e doado ao longo de anos. Para Anhezini (2003), essa trajetória esteve permeada por uma rede de sociabilidade capaz de indicar relações cujas trocas, observadas, principalmente, por meio da correspondência, compuseram elementos importantes na formação e consagração do autor entre 1911 e 1929. A propósito, a coleção de Taunay no Museu Paulista vem sendo utilizada por uma série de investigadores motivados pelas discussões em torno da invenção das tradições e dos processos de construção/invenção de identidades, como por exemplo o de Brefe (2005), o qual se vale do acervo depositado nessa instituição.

#### A HISTORICIDADE DA RELAÇÃO ENTRE INTELECTUAIS E ESFERA PÚBLICA

Pensar em termos como os de “intelectuais” ou “letrados” no Brasil deve ser um exercício cuidadoso no que se refere à própria historicidade das categorias. Sobretudo entre os séculos XIX e XX, lidamos com processos de transição, em diferentes graus, de um perfil de intelectual “polígrafo”, em outras palavras, com capacidade de mobilização de saberes múltiplos, para um perfil de intelectual especializado, ligado ao desenvolvimento das disciplinas universitárias bem como a outras instituições como museus, arquivos e bibliotecas que se multiplicam ao longo do século XX. Essa consideração nos leva a investigar uma tendência de estudos que propõe como objeto a própria especialização, disciplinarização ou profissionalização dos conhecimentos.

Dentre as questões que vêm sendo abordadas nos estudos sobre historiadores que se apoiam em documentos de arquivos pessoais, destaca-se, em primeiro plano, o difícil e complexo problema das características e limites do “espaço público” e sua relação com a esfera privada. Com efeito, os arquivos

pessoais parecem particularmente aptos a possibilitar respostas a questões relativas aos vínculos entre esfera pública e esfera privada na trajetória de historiadores e intelectuais. Examinando-os, podem-se identificar, por exemplo, determinadas informações, relações, filiações ou perguntas que permaneceram encobertas, não tendo sido desenvolvidas na atuação pública. Nesse universo de reflexões, porém, algumas dificuldades significativas têm aparecido, como por exemplo aquelas relativas à própria definição das fronteiras entre o público e o privado ou à natureza desse “espaço público” e da própria “vida intelectual” brasileiros, já que enquanto historiadores lidamos com categorias instáveis, que mudam bastante no tempo. Assim, quanto aos arquivos de políticos, deve-se observar que não raro políticos brasileiros se fizeram ou foram historiadores, como o Barão do Rio Branco, e alguns deles, como Washington Luís, tiveram atuação marcante quanto à publicação de fontes no começo do século XX.

É interessante, pois, que Amed, em estudo da correspondência pessoal de Capistrano de Abreu – publicada em sua maior parte, nos anos 1950, por José Honório Rodrigues –, utilize um estudo de Trebitsch como um de seus principais referenciais teóricos. Há, em comum entre os trabalhos, a perspectiva de que as cartas devem ser consideradas como um documento político e um testemunho agudo sobre as redes de sociabilidade e ideias que foram marginalizadas ou esquecidas tanto na academia quanto no plano político (Amed, 2006, p.190-191). Fernando Amed enfatiza sobremaneira a autenticidade das considerações de Capistrano de Abreu em sua correspondência – que contrapõe à exiguidade das alternativas que se colocavam no meio intelectual brasileiro da época, sufocado pela ausência de público leitor (altas taxas de analfabetismo) e pelo ciframento (preponderância das relações pessoais e de poder sobre critérios alicerçados no mérito) dos espaços públicos viabilizadores da divulgação do conhecimento – as poucas editoras, jornais, revistas e instituições de pesquisa. Caracterizando dessa forma a vida intelectual e o espaço público no Brasil, a autor afirma que o exercício epistolar de Capistrano “se configurou como uma resposta privada – subjetiva – frente a um impedimento que se deu na esfera pública” (Amed, 2006, p.46).

Em relação ao arquivo pessoal de Capistrano de Abreu, é de se salientar o grupo pertencente à Universidade Federal do Ceará (UFC) que se organizou em torno do projeto “Organização do Acervo Capistrano de Abreu”, no Instituto do Ceará. Partindo de referenciais teóricos da nova história cultural, como os de Chartier, o estudo de Paula Batista, *Capistrano de Abreu e a correspondência feminina*, também busca resgatar a rede de sociabilidade do

intelectual, centrando-se em seus mecanismos de “troca de favores” e chegando a algumas conclusões diferentes das do estudo de Amed. Investigando sua correspondência com mulheres, a autora observa que as casas que Capistrano visitava eram “locais de sociabilidade”, que tinham “o mesmo papel das agremiações acadêmicas das quais Capistrano afirmava esquivar-se” (Batista, 2006, p.88). Correspondendo-se com “figurões políticos” como o ministro e historiador Pandiá Calógeras, Capistrano recorria frequentemente a práticas clientelistas (Batista, 2006, p.89-90).

Note-se que uma das coordenadoras do projeto de organização do Acervo de Capistrano de Abreu é a historiadora Giselle Venancio, cujo trabalho investiu largamente na pesquisa do acervo pessoal de Oliveira Vianna (Casa de Oliveira Vianna – Funarj), levando em consideração diversos aspectos tais como o recurso à biblioteca na sua dinâmica criativa e processo de escrita (Venancio, 2006, p.87-110), bem como sua vasta rede de sociabilidade, implicando relações pessoais, políticas e intelectuais, evidenciada pelo envio de suas publicações. Valendo-se de reflexões presentes em pesquisadores franceses da epistolografia, como Vincent-Buffault e Dauphin, e principalmente das considerações de Chartier sobre as comunidades de leitores e o surgimento dos homens de letras do século XVIII, Venancio demonstra como Vianna buscava estabelecer sua comunidade de leitores, sua prática epistolar podendo ser compreendida como uma estratégia de organização e desenvolvimento de suas relações de sociabilidade e principalmente de estruturação de uma comunidade que garantiria a propaganda e a propagação de suas ideias (Venancio, 2001, p.23-47; Venancio, 2015).

Uma das figuras centrais na história intelectual brasileira para se compreender a institucionalização da produção de conhecimento é sem dúvida Capistrano de Abreu, pois mesmo em um momento no qual a universidade ainda não estava colocada como problema concreto, militou a favor de um campo especializado dos “estudos históricos”, ajudando a sedimentar novos padrões analíticos e servindo como um modelo para as gerações seguintes de intelectuais que se tornaram especializados. Essa é uma percepção bastante aprofundada, especialmente nos estudos de Gontijo e Oliveira, apoiados, ao menos parcialmente, na correspondência do historiador. Em ambos os casos, as autoras mobilizam a correspondência de Capistrano para a compreensão dos processos de “canonização” do intelectual cearense, avaliando o problema do acesso ao seu arquivo pessoal, só liberado décadas após sua morte (Gontijo, 2006, p.11-12; Oliveira, 2006, p.29-35), bem como aprofundando o

conhecimento sobre a sua rede de interlocutores em torno ao campo dos estudos históricos e de discípulos (Gontijo, 2006, p.204-206). Esses elementos concorrem para a compreensão de “como Capistrano planejou escrever a história, considerando as práticas relativas ao ofício de historiador de sua época” (Gontijo, 2006, p.228) ou como, através do exercício da crítica, “circunscreve atributos de seu ofício e, com eles, assinala algumas fronteiras – então em vias de demarcação – de sua disciplina” (Oliveira, 2006, p.48), tema ainda aprofundado por trabalhos mais recentes que se utilizam de forma mais ou menos sistemática da correspondência de Capistrano de Abreu para a compreensão dos processos disciplinares da escrita da história do Brasil entre finais do século XIX e início do século XX (Santos, 2009; Batalhone, 2015).

Um caminho significativo para compreender os processos de especialização e disciplinarização do conhecimento histórico – e também de áreas congêneres como a geografia e a sociologia – baseia-se na disponibilização de documentação pessoal/profissional/institucional. Nesse ponto, a história da historiografia ganha muito com a organização e formação dos acervos das primeiras gerações de professores universitários e de outros autores que tiveram papel pioneiro na construção da universidade. Esse avanço esbarra em problemas estruturais, já que poucas universidades no Brasil têm condições de cuidar de sua própria memória e de armazená-la adequadamente, o que felizmente ocorre nos casos do Proedes-UFRJ, que guarda documentação até mesmo da efêmera Universidade do Distrito Federal (UDF); do Siarq (fundo Sérgio Buarque de Holanda), do Cedae e do Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp; e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH), na USP. Nesse universo, destaca-se o estudo sistemático de Marieta de Moraes Ferreira, *A história como ofício* (Ferreira, 2013), que mobiliza depoimentos de professores, articulados com o uso de material privado de docentes que marcaram época como Deffontaines, Hauser, Camilo e Delgado de Carvalho, dentre outros. O trabalho sobre a atuação institucional de figuras como Caio Prado Jr. (Iumatti et al., 2008) e Sérgio Buarque de Holanda (Nicodemo, 2008; Nicodemo, 2014) vem avançando com o adensamento de reflexões sobre outros autores chave, tal como no estudo de Alessandra Soares Santos sobre Francisco Iglésias e a historiografia universitária em Minas Gerais (Santos, 2013; Santos, 2013a). Outro estudo recente busca construir uma biografia coletiva dos professores e alunos da USP que constituíam o grupo de leitura d'*O Capital* a partir de 1958, amiúde com base em referenciais sociológicos e recorrendo a arquivos pessoais de

professores, como os do CAPH, na USP, e o de Florestan Fernandes, na Unesp (Rodrigues, 2011).

Por fim, note-se que, tradicionalmente, o arquivo pessoal tem relação com o caráter público ou “consagrado” do seu titular. No entanto, nos últimos anos vários fatores têm ajudado a fortalecer uma agenda alternativa e, de certa forma, contra-hegemônica, a qual inclui questões relativas a gênero, raça e resistência política, lançando luz sobre aspectos importantes da “tradição intelectual” brasileira, bem como sobre a natureza de seu “espaço público”. Estudos recentes, como os de Erbereli Jr., baseado na documentação pessoal de Alice Canabrava, e de Machado, assentado na documentação de Cecília Westphalen, podem ajudar a compreender melhor as dificuldades de ascensão e estratégia de afirmação das mulheres numa universidade controlada por uma vasta maioria de homens (Erbereli Jr., 2016; Machado, 2016). No campo da resistência política, os estudos de Schmidt destacam-se na incorporação de documentação de arquivos pessoais, como seu estudo sobre a trajetória de Flávio Koutzil (Schmidt, 2009).

## OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO E OUTROS DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Uma tendência de importância crescente nos últimos anos, diretamente ligada à exploração de documentos de arquivos pessoais e mesmo bibliotecas de intelectuais, tem sido a da leitura minuciosa ou microscópica das obras. Cabe lembrar, todavia, que tal tendência não foi desenvolvida predominantemente no Brasil a partir dos estudos historiográficos, mas sim, e de forma pioneira, por estudiosos da literatura, em interação com a vertente francesa da chamada crítica genética, a partir dos anos 1970 (ver Zular, 2002). Essas possibilidades foram abertas pelo longo processo de organização do acervo de Mário de Andrade no IEB-USP, coordenado por Telê Ancona Lopez e dedicado, em sua fase inicial, a compreender os bastidores da criação de *Macunaíma* (Lopez, 1975). Envolvendo, ao longo dos anos, tipologias documentais diversas, além do estudo aprofundado da marginália dos livros da biblioteca de Mário de Andrade, tal vertente produziu grande número de pesquisas e sugestões metodológicas. Assim, por exemplo, no que se refere aos documentos epistolares, vislumbra-se neles, segundo Moraes, uma possibilidade de compreender os “bastidores da vida artística de um determinado período”, bem

como atentar de forma mais minuciosa para as cartas como “arquivo da criação” (Moraes, 2007, p.30). O terreno que se abriria então seria o do diálogo interdisciplinar entre história da historiografia e teoria literária, por intermédio da crítica genética – a qual considera a “epistolografia um ‘canteiro de obras’ ou um ‘atelie’, buscando descortinar a trama da invenção, o desenho de um ideal estético, quando examina as faces do processo de criação” (Moraes, 2007, p.30; Moraes, 2002).

Apesar da já mencionada relativa ausência de diálogo com a vertente brasileira da crítica genética, pesquisadores brasileiros se debruçaram, a partir dos anos 1990, sobre o estudo do processo de construção de obras históricas, utilizando-se, para tanto, de acervos pessoais. Assim, e mais estritamente no campo da historiografia, alguns trabalhos procuraram articular documentação contida em arquivos pessoais para compreender o processo de desenvolvimento de uma obra, tal como realizado com a gênese das obras *Monções e Caminhos e Fronteiras e Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (Wegner, 2000; Nicodemo, 2008; Nicodemo, 2014), e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. (Iumatti, 2001; Iumatti, 2018; Iumatti et al., 2008). Evidentemente, esse tipo de estudo depende da qualidade e quantidade dos documentos em questão, o que, no caso do acervo Caio Prado Jr., pertencente ao IEB-USP, implica um universo de milhares de documentos, entre os quais manuscritos inéditos, cartas, fichas de leitura e marginália de livros; fica evidente, no estudo de Iumatti, que se debruça sobre esse vasto material, todo um conjunto de reflexões epistemológicas subterrâneas e transformações por que passou o pensamento de Caio Prado em seu percurso para a redação de *Formação do Brasil contemporâneo*.

## O ARQUIVO PESSOAL COMO MEMÓRIA RETROSPECTIVA

Um dos pontos de interseção mais frutíferos entre história da historiografia e arquivos pessoais é o da reflexão sobre a constituição do acervo pessoal como um ato de memória, que opera ativamente nos significados que atribuímos a autores e problemas. Dessa perspectiva, a investigação sobre o arquivo pessoal pode contribuir para compreender melhor como certas interpretações sobre o Brasil se tornaram predominantes, na medida em que foram construídas na agregação de estratos de tempo e de significados. Esses condicionantes que formam nosso próprio olhar, bem como nossas práticas acadêmicas

podem ser encarados como camadas de significados contingentes que se acumulam, e podem ser submetidos a interpretações mnemônicas regressivas, partindo do presente e indo ao passado, considerando as várias camadas de historicidade que ajudaram a dar forma a um objeto ou tema, tal qual nos foi legado (Feindt, 2014, p.36). Nessa perspectiva, a formação de um arquivo pessoal pressupõe um conjunto complexo de fatores que vão desde o eventual desejo de construção de certa memória por parte de seu titular e seu círculo à trajetória do espólio *post-mortem* (o que inclui a trajetória de inventário, doação ou compra etc.), bem como a sua eventual incorporação em uma instituição de guarda. Evidentemente, isso é só o início, pois muitas decisões relacionadas ao armazenamento e organização concorrem para que o arquivo atinja o público (Campos; Bezerra, 2015, p.230-231).

Entendemos que a questão da memória retrospectiva ou, quem sabe, “multidirecional” vinculada aos arquivos pessoais, a qual deve ser, sem dúvida, incorporada à investigação da história de cada arquivo – tal história devendo abranger desde a sua formação até as intervenções, mudanças e infinitas vicissitudes sociais, políticas etc. que o podem ter levado ou não a uma instituição de guarda –, merece mais adensamento e melhor aproveitamento no campo da história da historiografia. Nesse sentido, destaquemos as reflexões de Ulpiano Bezerra de Meneses, as quais contribuem para elucidar a relação. Comentando os vários aspectos que envolvem a escolha da problemática da memória nos últimos anos, relacionada à sua crise, a qual comporta diversas dimensões, Meneses reiterou um ponto fundamental da discussão sobre documentos e arquivos, o qual perpassa qualquer discussão contemporânea sobre os processos de classificação de documentos de arquivos: a produção do conhecimento histórico deve ser indissociável do conhecimento (histórico) da produção do documento, no seu sentido mais amplo. A complexidade introduzida pela sociedade da informação não só acarreta novas exigências técnicas ao conhecimento, quanto as torna mais diversificadas em relação à documentação tradicional, pela maior amplitude do horizonte sociocultural em que se situam (Meneses, 1999, p.24).

A reflexão sobre os processos de classificação dos arquivos por seus próprios titulares, diferentes do conjunto de processos operados pelo arquivista *a posteriori*, pode ser incorporada mais sistematicamente pela história da historiografia, de modo que eles sejam considerados como “laboratórios” que esclareceram o *modus operandi* de pequenas usinas de produção do conhecimento. Esse exercício permite o desenvolvimento de formas de reflexão

teórico-metodológica que podem efetivamente adensar o debate em história da historiografia e teoria da história: trata-se da exploração da arquitetura interna dos acervos (ver, por exemplo, Venancio, 2015), a qual pode dar a chave para o entendimento dos métodos de trabalho (a “oficina” do historiador), dos projetos e do próprio pensamento dos historiadores. No campo da história da historiografia, observamos alguns trabalhos recentes que abrem caminho para a exploração dessas possibilidades, tais como o artigo de Iumatti sobre sua experiência de organização do Fundo Caio Prado Jr., no IEB-USP (Iumatti, 2005), de Miguel Palmeira a respeito da trajetória intelectual de Moses Finley (2008; 2013), de Rafael Benthien sobre sua experiência de pesquisa com arquivos pessoais franceses (Benthien, 2014) e de Rafael Pereira da Silva (2015) e Raphael Guilherme de Carvalho (2017), que procuram “escovar a contrapelo” a memória disciplinar construída em torno a Sérgio Buarque de Holanda, considerando até mesmo os sentidos produzidos ou ressignificados sobre seu legado após a morte (ver também Nicodemo, 2016).

Essa preocupação “meta-histórica” não nos parece entrar em contradição com as proposições do campo da arquivística, como no caso da metodologia propugnada por Ana Maria Camargo, que defende padrões de organização que considerem os “atributos funcionais” da documentação pessoal – em outras palavras, o “vínculo de estreita correspondência entre os documentos e atividades do organismo produtor, de modo a reforçar e tornar estável o efeito probatório que decorre dessa relação *sui generis*”, o que é evidenciado pela inserção social e institucional do sujeito na multiplicidade das atividades desempenhadas em sua vida (Camargo, 2009, p.34-35; Camargo, 1998; Camargo; Goulart, 2007).

Apesar dos caminhos ainda a serem trilhados no adensamento teórico, devemos considerar os marcos importantes existentes, representados pelo trabalho desenvolvido por historiadores e arquivistas a respeito da própria história dos arquivos e coleções. De maneira geral, os trabalhos que refletem sobre a formação e construção dos arquivos pessoais buscam se fixar nas estratégias de monumentalização, de construção da memória e do eu. Nesse contexto, Ângela de Castro Gomes alertou para o “feitiço” dos documentos de arquivos pessoais, refletindo sobre a criação no Brasil dos anos 1970 de duas das mais importantes instituições de guarda de arquivos privados: o CPDOC da FGV e o arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. Lembrando sua própria trajetória como pesquisadora do CPDOC, a historiadora afirmou que o grande feitiço do arquivo privado consistiria no fato de, por guardar uma documentação pessoal,

produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelar seu produtor de forma “verdadeira”: aí ele se mostraria “de fato”, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcariam boa parte dos seus registros (Gomes, 1998). Prochasson também reforça a necessidade de cautela aos mediadores que dão forma aos arquivos pessoais. O desejo de consagração por parte dos próprios autores das cartas e sua consciência de que o material um dia poderia ser publicizado geravam certamente “armadilhas”. Pensando no sobredimensionamento que o editor da correspondência trocada por Bloch e Febvre, Bertrand Muller, a ela conferiu, na medida em que a apresentou como peça decisiva para toda a história dos *Annales*, Prochasson chama atenção para a provisoriade das ideias e projetos contidos nas cartas que, “frequentemente, são modificadas ou até descartadas no curso do processo de pesquisa” (Prochasson, 1998, p.105-112).

Malatian, para a biblioteca de Oliveira Lima, e Venancio, para o acervo de Oliveira Vianna, já buscaram aprofundar a questão de como o lugar de legitimação erudita impulsionou a criação de arquivos, bibliotecas e museus, além da publicação de coleções de documentos (Malatian, 2001, p.11-28). Nessa perspectiva, os arquivos pessoais se destacam como *lócus* privilegiado da análise histórica, pois registrariam uma forma de acumulação privada que possuiria como marca identitária específica o nome próprio do titular (Venancio, 2001, p.26-27).

Se o processo de constituição de um arquivo está relacionado com os próprios processos de consagração e de desejo de memória do seu titular ainda atuante, cabe à teoria e história da historiografia assumir o desafio hermenêutico de pesquisas de maior abrangência e articuladas em dois planos temporais entrecruzados: a evolução cronológica do pensamento e sociabilidade de determinado autor e sua rede, em contraposição ao desafio retrospectivo de se compreender como determinadas interpretações foram se cristalizando ao longo do tempo, informando a imagem que nos foi historicamente produzida sobre autores e temas. Como nos alerta Rebeca Gontijo, cabe conhecer o processo de publicação de uma correspondência, quando isso ocorre, assim como o lugar atribuído às missivas na vida e na obra de um autor (Gontijo, 2004, p.166-167), bem como investigar melhor os processos sociais de produção dos arquivos, desde o manuseio dos documentos pelos próprios titulares até os critérios explícitos e ocultos na produção social do arquivo – tal como propõem Heymann ao tratar dos arquivos de Darcy Ribeiro e de Filinto Müller; Olívia Cunha, ao tratar do arquivo da antropóloga Ruth Landes; Priscila Fraiz,

ao tratar da construção do acervo Gustavo Capanema; e Juliana Amorim de Souza, ao abordar a constituição do acervo Roquete Pinto na ABL (Heymann, 2005, p.43-58; Heymann, 1997; Cunha, 2004; Fraiz, 1994; Souza, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o momento político atual vivenciado pelo Brasil de desmonte e cortes nos orçamentos de instituições públicas e privadas de acervos é preocupante. Essa tendência que vivenciamos contrasta com a importância crescente que vêm ganhando os acervos pessoais no mundo, com a proliferação de arquivos, bem como com a urgência em propor reflexões e ferramentas teórico-metodológicas que deem conta das formas múltiplas que ganham os documentos considerados pessoais na era digital. Esse contexto paradoxal de aumento de importância global, contrastado com iniciativas locais de desmonte, concorre para conferir pertinência social ao debate sobre arquivos pessoais no Brasil hoje.

Conclusivamente, propomos seis pontos fundamentais para refletirmos sobre os acervos privados e a escrita da história – os quais não necessariamente foram desenvolvidos de forma explícita ao longo do artigo –, considerando em especial os aproveitamentos em história da historiografia, história intelectual e congêneres:

1. Necessidade de “descolonização” do debate teórico. A reflexão sobre o conceito de “redes” e sobre a historicidade da relação entre intelectuais e esfera pública evidenciou a consistência teórico-metodológica de muitos trabalhos empíricos. Ao mesmo tempo, a massa crítica produzida no Brasil depende do influxo de alguns autores internacionais que parecem predominar durante um tempo, em alguns casos com efeito de autoridade que predomina sobre a sua pertinência empírica. Sem desconsiderar a necessidade de manter o debate internacional, entendemos que muito frequentemente os trabalhos em elaboração podem ter ganhos metodológicos debatendo as categorias de experiências análogas, em âmbito local ou global, sem que privilegiem, porém, de antemão, determinados autores. Nesse sentido, este texto procurou se apresentar como um pequeno guia.
2. Necessidade de ampliação da interdisciplinaridade; esse ganho de densidade teórica dos trabalhos depende fortemente de uma agenda

de trabalho interdisciplinar ou multidisciplinar, que considere os avanços das pesquisas em arquivos pessoais em diversas áreas, como apontamos ao refletir sobre trabalhos que privilegiam a “dinâmica da criação”. Nesse mesmo sentido, observamos que o documento privilegiado na grande maioria das pesquisas que se valem de acervos pessoais é a correspondência. É necessário chamar atenção, assim, para a necessidade de ampliação desse espectro documental na pesquisa histórica, com a incorporação de marginália de livros, fichas de leitura e manuscritos, dentre tantos outros documentos disponíveis em arquivos pessoais.

3. A importância de historicizar as categorias teórico-metodológicas. A começar pela própria categoria de “intelectual”, o repertório de categorias relacionadas às atividades intelectuais deve estar atento às mutações históricas locais, em especial em momentos cruciais de transformação, tal como na segunda metade do século XIX e no século XX, quando se acirra a tendência de especialização.
4. Como ficou claro em nosso item sobre as “redes” intelectuais, as pesquisas hoje tendem a dar mais atenção para recortes transnacionais e globais. No entanto, muitas vezes, o uso de arquivos pessoais em trabalhos de história intelectual, história da historiografia e congêneres no Brasil tende ainda a partir de uma agenda doméstica, com fontes e/ou objetos problemas, autores e/ou obras abordadas de uma perspectiva nacional/local (Santos et al., 2017, p.161-162); muitos dos autores abordados, como em vários casos aqui demonstrados ou mencionados (Oliveira Lima, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. etc.), estiveram inseridos em redes transnacionais muito dinâmicas. Essa postura também pode facilitar a consolidação de temas transversais, que superem os recortes em torno de um autor ou obra específicos, ainda predominantes nas pesquisas brasileiras (incluindo as dos autores deste artigo).
5. A necessidade de consideração da meta-história dos arquivos e das evidências arquivísticas. Procuramos mostrar que os estudos sobre documentação pessoal no Brasil ganharam muito ao considerar as camadas de significado socialmente produzidas ao longo dos processos de transformação que inscrevem o documento pessoal.

6. Finalmente, chamamos atenção para a necessidade de aprofundamento de uma agenda progressista, combativa e enredada nos problemas do presente: seja em direção a recortes socialmente engajados e democráticos, tais como o problema do autoritarismo e da repressão, ou da história das mulheres e de outras “minorias” (como sugerimos ao final do item sobre a historicidade da relação entre intelectuais e esfera pública), seja criando subsídios para entendermos melhor as mudanças tão significativas pelas quais a produção, a seleção e a conservação de documentos pessoais vêm passando pelo mundo, o que inclui os problemas das humanidades na era digital.

## REFERÊNCIAS

- AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.
- ANHEZINI, Karina. Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.32, p.51-88, jan. 2003.
- ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Guia de Arquivos Privados do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imesp, 1992.
- BATALHONE JR., Vitor. *O Cavalo de Troia da nação: tempo, erudição, crítica e método em Capistrano de Abreu*. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2015.
- BATISTA, Paula Virgínia P. *Capistrano de Abreu e a correspondência feminina*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do estado do Ceará, 2006.
- BELLOTTTO, Heloísa L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BENTHIEN, Rafael F. O que há de impersonal em arquivos pessoais: considerações a partir de uma experiência de pesquisa na França. *Vozes, pretérito & devir*, Teresina, v.3, n.1(2), p.42-57, 2014.
- BREFE, Ana Claudia F. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Edusp, 2005.
- CAMARGO, Ana Maria de A. Arquivos Pessoais são Arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.2, p.26-39, jul./dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.169-174, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de A.; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: IFHC, 2007.

- CAMPOS, José F. G.; BEZERRA, L. Entre a sala de aula e o laboratório: os arquivos pessoais de professores e a memória da Universidade de São Paulo. In: OLIVEIRA, Lúcia V.; SILVA, Maria. *Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.
- CARVALHO, Raphael G. de. *Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro: escrita de si e memória (1969-1986)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2017.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. Sociedade dos arquivos: temporalidade e intersubjetividade na cultura contemporânea. *Contracampo*, Niterói, v.35, n.2, p.183-199, 2016.
- CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do râ-txa hu-ni-ky~i em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. Tese (Doutorado em Línguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.
- CUNHA, Olívia Maria G. da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, 2004.
- ENNISS, Stephen. Casting and Gathering: Libraries, Archives and the Modern Writer. In: CRAWFORD, Alice (Dir.) *The Meaning of the Library: A Cultural History*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.
- ERBERELI JR., Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *História da historiografia*, Ouro Preto, n.22, dez. 2016.
- ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: PUF, 1999.
- FERREIRA, Marieta de M. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- FEINDT, Gregor et al. Entangled Memory: Toward a Third Wave in Memory Studies. *History and Theory*, n.53, 2014.
- FRAIZ, Priscila M. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.121-127, 1998.
- \_\_\_\_\_. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: CECULT (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura), 2005.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia S. (Org.) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenate e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

- GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, (ICHF), Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2006.
- GUIMARÃES, Lúcia M. P.; ARAÚJO, Valdei L. de. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- HARTOG, François. *Evidência da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HEYMANN, Luciana Q. Os ‘fazimentos’ do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, p.43-58, 2005.
- \_\_\_\_\_. O Indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n.2, p.42, 2009.
- \_\_\_\_\_. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1997.
- IUMATTI, Paulo T. *Caio Prado Júnior, historiador e editor*. 2v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *História, dialética e diálogo com as ciências: a gênese de Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr. (1933-1942). São Paulo: Intermeios, 2018.
- \_\_\_\_\_. Organização do Fundo Caio Prado Júnior, do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. *Registro*, Indaiatuba (SP), v.4, n.4, p.65-74, 2005.
- \_\_\_\_\_. O percurso para o sentido da colonização e a dinâmica da historiografia brasileira nas primeiras décadas do século XX. In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz-Dieter (Org.) *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2008. v.1, p.127-167.
- IUMATTI, Paulo T.; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz-Dieter (Org.) *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2008.
- LOPEZ, Telê A. *Macunaíma: a margem e o texto*. São Paulo: Hucitec, 1975.
- MACHADO, Daiane V. *Por uma “ciência histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Assis (SP), 2016.
- MALATIAN, Teresa. Práticas de memória na Oliveira Lima Library. *História*, São Paulo, n.20, p.11-28, 2001.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia L. da. *Arquivos, patrimônio, memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- MORAES, Marcos A. de. Epistolografia e crítica genética. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.59, n.1, p.30-32, mar. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade e seu projeto pedagógico*. São Paulo: Edusp, 2002.

- NICODEMO, Thiago L. *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Unifesp, 2014.
- \_\_\_\_\_. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.36, n.73, p.159-180, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Urdidura do vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda na década de 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.
- NICODEMO, Thiago L.; SANTOS, Pedro A. C. de; PEREIRA, Mateus H. de F. *Uma introdução à historiografia brasileira 1870-1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006.
- PALLARES-BURKE, Maria L. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- PALMEIRA, Miguel. Arquivos pessoais e história da história: a propósito dos *Finley papers*. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Org.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!”: arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.105-119, 1998.
- REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- SANTOS, Alessandra S. Francisco Iglésias e o curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (década de 1940). *História da historiografia*, Ouro Preto, n.11, p.104-121, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *A Universidade, a história e o historiador: o itinerário intelectual de Francisco Iglésias*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2013.
- SANTOS, Pedro A. C. dos. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.
- SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago L.; PEREIRA, Mateus H. de F. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: o historicismo em questão. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.30, n.60, p.161-186, 2017.
- SCHMIDT, Benito B. Em busca de “solidariedade ativa”. *Revista do Arquivo Públíco Mineiro*, Belo Horizonte, v.45, p.86-101, 2009.

- SILVA, Rafael P. da. *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem* (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2015.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- SOUZA, Juliana A. de. *Roquete-Pinto imortal: constituição, tratamento e usos do arquivo Roquete Pinto na Academia Brasileira de Letras*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC, Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2015.
- TREBITSCH, Michel. Correspondance d'intellectuels: le cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de L'IHTP* (Sociabilités Intellectuelles: lieux, milieux, réseaux), n.20, p.70-84, mars 1992.
- VENANCIO, Giselle M. Da escrita impressa aos impressos da biblioteca: uma análise da trajetória de leitura de Francisco José de Oliveira Vianna. In: DUTRA, Eliana de F. (Org.) *Política, nação e edição*. São Paulo: Annablume, 2006.
- \_\_\_\_\_. Por uma história política *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- \_\_\_\_\_. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.28, p.23-47, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: An Introduction*. Durham, NC: Duke University Press, 2004.
- WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- WERNER, Michael. *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris: Seuil, 2004.
- WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. *Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité*. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v.58, n.1, p.7-36, 2003.
- WIMMER, Mario. The Present as Future Past: Anonymous History of Historical Times. *Storia della Storiografia*, v.68, p.165-183, 2015.
- ZULAR, Roberto (Org.) *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

## NOTAS

<sup>1</sup> O autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), à Fundação Alexander von Humboldt – Freie Universität Berlin, ao PPG História da Uerj/Bolsa Prociência-Faperj e à Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da USP, por diversas modalidades de apoio durante a pesquisa e elaboração do texto.

<sup>2</sup> “A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arqui-

vos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento” (BELLOTTO, 2006, p.256). Camargo, no entanto, examina o sentido da expressão “arquivos pessoais”, observando que embora “se admita seu uso na comunidade arquivística brasileira, o mais correto seria dizer arquivos de pessoas (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de litetatos, de cientistas etc.), ao menos para não conflitar com três situações distintas, igualmente questionáveis, em que o epíteto é aplicado. Refiro-me aos documentos sobre pessoas, presentes nos arquivos institucionais, e, no âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos, a parcelas específicas do arquivo: àquelas que não resultam do exercício de funções públicas e àquelas representadas por documentos identitários” (CAMARGO, 2009, p.28). Apesar da ressalva, adotamos aqui a terminologia consagrada.

Artigo recebido em 1º de fevereiro de 2018.

Aprovado em 16 de março de 2018.

